



**University of  
Zurich**<sup>UZH</sup>

**Zurich Open Repository and  
Archive**

University of Zurich  
University Library  
Strickhofstrasse 39  
CH-8057 Zurich  
[www.zora.uzh.ch](http://www.zora.uzh.ch)

---

Year: 2011

---

**A intenção de inscrever na memória colectiva. O sucesso textual do motivo  
«a mulher de Salomão» na narrativa histórica portuguesa**

Gassmann-Ramos, M A

Posted at the Zurich Open Repository and Archive, University of Zurich  
ZORA URL: <https://doi.org/10.5167/uzh-60992>  
Book Section

Originally published at:

Gassmann-Ramos, M A (2011). A intenção de inscrever na memória colectiva. O sucesso textual do motivo «a mulher de Salomão» na narrativa histórica portuguesa. In: Coelho Muniz, R; et al. Anais do XXII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa – ABRAPLIP (13 e 18 de setembro de 2009). Bahia: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 624-653.

## **A INTENÇÃO DE INSCREVER NA MEMÓRIA COLECTIVA. O SUCESSO TEXTUAL DO MOTIVO 'A MULHER DE SALOMÃO' NA NARRATIVA HISTÓRICA PORTUGUESA**

Maria Ana Ramos - Universität Zürich

### **1 HISTÓRIA E FICÇÃO**

Não é necessário rememorar a descoberta dos campos nazis para voltar a colocar a questão crucial do papel da literatura na preservação da memória. Poder-se-á recorrer de novo à escrita de poesia depois dos campos de concentração? Como inscrever na literatura momentos de transgressão ou de traumatismo? Serão só mais ajustados os instantes de jubilação? Não devem ser irrelevantes estas questões, mesmo quando se examina um texto antigo. Sobretudo quando a nossa produção literária medieval em prosa raramente está dissociada da premência histórica na preservação de quadros factológicos, embrenhados de substância fictícia<sup>1</sup>.

Em 1990, recordava J. Saramago que «Max Gallo resolveu um dia começar a escrever romances históricos por uma necessidade de equilibrar pela ficção a insatisfação que lhe produzia o que considerava uma impotência real para expressar na História o passado inteiro. Creio bem – dizia ainda o escritor português – que o que subjaz a esta inquietação é a consciência da nossa incapacidade final para reconstituir o

---

<sup>1</sup> Se se consideram algumas formas de literatura, directamente sensíveis aos acontecimentos externos, é interessante questionar como é que o autor, receptivo ao mundo que o rodeia, enfrenta a realidade e como pôde reagir à descoberta da extensão da crueldade nazi. O filósofo alemão, Theodor W. Adorno, esboça uma forma de resposta, quando afirma no seu ensaio *Prismas*: «Ecrire un poème après Auschwitz est barbare, et ce fait affecte même la connaissance qui explique pourquoi il est devenu impossible d'écrire aujourd'hui des poèmes» (Ed. 2003, p. 26). Esta visão de uma escrita poética, que se torna um acto 'bárbaro', joga com a discrepância aparente entre o que é próprio da literatura e o que deve ser inerente à história.

passado. E que, por isso, não podendo reconstituí-lo, somos tentados – sou-o eu, pelo menos – a corrigi-lo»<sup>2</sup>.

A esta difícil interligação, promoveu há pouco o Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa um encontro científico dedicado à *História Romanceada ou Ficção Documentada* (26 de Maio de 2008). Das várias intervenções, que contribuem para o enriquecimento da reflexão entre *História* e *Romance*, menciono a de T. Amado que, justamente, vem relembrar como a reconstituição do passado raramente está desintegrada de actos narrativos<sup>3</sup>. Como qualificar então a univocidade e a diferenciação de uma *história*, que percorre grande parte das literaturas ocidentais, baseada em factos não directamente testemunhados? Como considerar o retorno cíclico a um mesmo texto-arquetípico e a atracção por um mesmo evento, que se impõe como sustentáculo laudatório à edificação de uma memória colectiva? Como feitos resultantes de acções consistentes e constatadas? Como formas de não-ficção? Ou como formas de uma *auctoritas scripturale* destinada à construção de uma memória elitista, que crê na legitimidade de uma herança inerente a um grupo?

Se estas situações comportam tais interrogativas, parece-me que vale a pena voltar a examinar a versão quinhentista de uma narrativa, que se integra em um motivo recorrente, vulgarizado pela *Lenda de Gaia*, que editei em 2004, em este congresso que tanto interpela a memória, como examina os trânsitos e as convergências<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Em uma publicação no *Jornal de Letras* [6 de Março de 1990], J. Saramago evocava o seu diálogo com a História, mencionando o trabalho de Max Gallo (1932-). Esta personalidade política francesa, historiador e membro da Academia Francesa, considera os seus romances tanto no plano da «politique-fiction», como nos «romans-Histoire». A relação com a História, a concepção do mundo, a representação ficcional da história e o diálogo entre passado e presente, os temas históricos e a reelaboração do imaginário cultural são alguns dos indícios de reflexão sugeridos por C. Reis a propósito da intervenção de J. Saramago (Reis 1995, p. 500-503).

<sup>3</sup> O ensaio de T. Amado concentra-se na análise de formas da ficção e da história que caracterizam vários momentos da literatura portuguesa. O estabelecimento de limites entre *Ficção* e *História* é particularmente típico na literatura portuguesa que, curiosamente, parece rejeitar a história e a ficção puras. Considera T. Amado que «talvez se possa aproximar esse gosto da impureza de um tipo de sensibilidade que descrê do realismo – quer dizer, da capacidade de observar, apreender e descrever a realidade, e ao mesmo tempo desconfia ou se desinteressa de construções mentais que não sejam condicionadas por marcos de espaço e de tempo suficientemente ancorados na *história* (Amado 2009, p. 53).

<sup>4</sup> Em 2004, ao publicar a edição diplomática do texto, delineei um enquadramento que mencionava já alguns dos aspectos, que me parecem poder orientar a consideração textual desta versão (Ramos 2004). Também na apresentação em Paris, em outro trabalho sobre este texto, tentei evidenciar o perfil cultural que teria proporcionado a reutilização da narrativa neste período (Ramos 2008).

## 2 MOTIVO ARQUETÍPICO. *MULHER DE SALOMÃO*

A tradição textual da muito conhecida *Lenda de Gaia*, que relata um interessante episódio entre o rei cristão Ramiro II de León e o suserano árabe durante o período da *Reconquista*, enriqueceu-se com a publicação desta nova versão que voltou a recuperar o incidente medieval.

O novo testemunho desta narrativa breve, *Hestorja dell Rej Ramiro de lleom*, datável dos primeiros anos do século XVI, conserva-se actualmente em Lisboa [BN COD. 13182], e permite não só alargar a composição das duas versões portuguesas conhecidas [*Livro Velho de Linhagens* e *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*<sup>5</sup>], como proporcionar outras interpretações sobre a emergência do famoso motivo da *Mulher de Salomão* na Península Ibérica. A recursividade deste material temático na estruturação do discurso histórico português – um dos textos mais fascinantes da narrativa românica das origens – vem revelar o sucesso da circulação deste tipo de relatos nos meios cortesãos portugueses (o rapto de uma rainha pelo amante, a poção mágica, o adultério, a afronta ao rei cristão, o resgate épico, o castigo exemplar, o casamento do rei cristão com uma pagã<sup>6</sup>).

---

<sup>5</sup> *Livro Velho de Linhagens* é designação que corresponde a um ms. original perdido, datável dos finais do séc. XIII (1282-1290 ou 1286-1290), quer dizer dos fins do reinado de Afonso III, ou do princípio do de D. Denis, publicado nos *PMH* por A. Herculano. O *Livro Velho* está incompleto. Perderam-se cerca de dois terços da obra, mas o conteúdo do que falta, conhece-se pelo prefácio. A parte que se conservou diz respeito a duas famílias importantes, a família de Sousa e a família da Maia. O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* conserva-se em numerosos manuscritos, sendo o exemplar da Torre do Tombo um dos mais antigos, datável dos finais do séc. XV, princípios do séc. XVI. Deste *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que deve ter sido organizado provavelmente por volta de 1340 e 1344, entrevê-se uma refundição entre 1360-1365 e uma outra já cerca de 1380-1383. Cf. a edição crítica e respectivas introduções destes *Livros* por J. M. Piel e J. Mattoso (1980). É ainda J. Mattoso quem se ocupa da transmissão textual dos livros de linhagens (Mattoso 1999) e L. Krus quem melhor explicita a concepção ideológica do estabelecimento escrito destas linhas de parentesco medievais (Krus 1994). Nas referências, adopto as siglas LV para o *Livro Velho de Linhagens*, LL para o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e HR para a *Hestorja dell Rej Ramiro de lleom*.

<sup>6</sup> O motivo narrativo da *Mulher de Salomão* é bem conhecido. O rei Salomão casa com uma mulher pagã contra a sua vontade e contra a própria opinião dos conselheiros. Pouco depois, a esposa deixa-se raptar por um rei pagão, fingindo-se morta, após ter ingerido uma poção mágica que a leva a um sono profundo. Salomão, que a ama, procura recuperá-la. Ao tomar conhecimento do lugar onde se encontra a 'traidora', dirige-se, acompanhado por uma armada de fiéis, que se escondem em uma floresta próxima para poder intervir, se necessário. Salomão disfarça-se, entra no castelo do rival e dá-se a conhecer à mulher, que volta a atraí-lo mais uma vez com o amante. Após denúncia, Salomão é condenado à forca. Como última benevolência, implora permissão para tocar no seu corno. O rei pagão acede ao desejo e ao som emitido pelo instrumento, a armada de Salomão virá socorrê-lo, libertando-o e atacando o castelo do inimigo. O soberano pagão e a mulher serão assim condenados a uma morte violenta. No plano literário, este motivo foi estudado sobretudo por G. Paris (1877; 1880), principalmente nas suas reflexões sobre *Cligès* de Chrétien de Troyes (1902; 1912). Nas versões portuguesas, o rei Ramiro II de León, que viveu por volta do século X, apaixona-se, tendo ouvido falar na beleza e bondade de uma moura, irmã de Alboazer Alboçadam, senhor das terras de Gaia até Santarém. Alboazer, contrariado, rapta a Rainha, mulher do rei Ramiro. Leva-a para o palácio em Gaia. Quando rei Ramiro toma conhecimento, promete

A propagação linguística, a preservação do motivo e a adequação deste importante relato na tradição textual na Península Ibérica são ainda visíveis através de interpolações narrativas em outros textos, como na *Crónica de la Población de Ávila*, datável de meados do século XIII, ou no *Fragmento de la Crónica Aragonesa* da segunda metade do século XV<sup>7</sup>.

Mais do que em esta reflexão estabelecer relações directas entre os textos peninsulares e a tradição conhecida, que se apropriou do relato (*Cligès* de Chrétien de Troyes<sup>8</sup>, *Bastard de Bouillon*<sup>9</sup>, *Elie de Saint Gilles*<sup>10</sup>, ou mesmo *Paganino da Monaco* de Giovanni Boccaccio<sup>11</sup>, ou *Vannino e Montanina* de Gentile Sermini<sup>12</sup>, e o bem

---

vingar-se. Junta de novo as suas tropas e vai tentar recuperar a mulher. Ao chegar perto do palácio esconde as tropas e disfarçando-se de mendigo, consegue enviar um recado à Rainha para poder entrar no palácio. A Rainha exprime o seu contentamento por estar com o mouro, denunciando a presença do marido. Ramiro é condenado à morte, mas como último gesto solicita o seu corno para poder tocar. As tropas vêm libertá-lo, vencendo, naturalmente, os árabes. Resgatada, a Rainha no trajecto de regresso não deixa de chorar pelo senhor de Gaia, morto pelo rei Ramiro. Não apreciando esta afronta, manda deitar a Rainha ao mar, com uma mó ao pescoço. Quando o rei Ramiro regressa a Léon casa com a bela moura Artiga que é baptizada.

<sup>7</sup> A *Crónica de la Población de Ávila* descreve a cidade desde a sua fundação por Raymond de Bourgogne no final do século X até aos primeiros anos do reinado de Afonso X. Trata-se de uma obra anónima, cuja data de composição é desconhecida, embora seja possível localizá-la entre Dezembro de 1255 e Outubro de 1256. O autor deve ser um cavaleiro urbano, que põe em evidência as ameaças leonesas e as invasões muçulmanas. No fundo, uma obra erigida por serranos ao seu próprio prestígio [Ed. Hernandez Segura, 1966, p. 7-14; p. 27-29]. Sobre os estudos acerca da crónica, ver agora a compilação de M. Abeledo (2009). O *Fragmento de la Crónica Aragonesa* (copiado durante o período de Joan II de Aragão, 1458-1479), corresponde a uma parcela textual sobre a história de Aragão, que se encontra em Barcelona na Biblioteca de Catalunya [Ms. 353, fl. 28r-fl. 33r]. O texto foi publicado por R. Foulché-Delbosc e A. Haggerty Krappe (1930). Alguns anos mais tarde, o fragmento foi ainda editado e estudado por M. Riquer (1944; 1945). Ver agora os estudos de F. López Rajadel, em particular o de 2008.

<sup>8</sup> *Cligès*, ou a *Fausse morte*, é um romance cortês de Chrétien de Troyes, redigido à volta de 1176. Esta obra em versos octossílabos conta como Cligès, filho de Alexandre e de Soredamor, neto de Alexandre de Constantinopla sobrinho de Gauvain, apaixona-se pela tia Fénice, mulher de Alis, que passará por morta, após o *boivre*, que lhe permite manter a sua paixão por Cligès (Ed. W. Foerster 1884).

<sup>9</sup> Canção de gesta da primeira metade do século XIV, correspondente ao segundo ciclo da primeira cruzada, foi provavelmente escrita em Valenciennes. O *Bâtard de Bouillon* parece ter sido composto para contar o desfecho da Cruzada, e para dignificar a história da família de Bouillon-Boulogne na Terra Santa. Conta as numerosas vitórias de Baudoin, pai do Bâtard, a viagem a Féerie e a vida do filho ilegítimo (Ed. R. F. Cook, 1972).

<sup>10</sup> Breve canção de gesta anónima dos finais do século XIII, provavelmente de um autor picardo que põe em cena a inocência perseguida. Élie de Saint-Gilles é recuperado aos sarracenos por seu pai, pelo imperador Louis e por Aimeri de Narbonne. Não poderá casar com Rosamonde, filha do sarraceno Macabre, porque foi seu padrinho, quando se converteu ao cristianismo. O imperador dá-lhe em casamento sua irmã Avise, com os feudos de Orléans e Bourges (Ed. G. Raynaud 1879).

<sup>11</sup> É sobretudo o motivo da morta viva, que é acolhido por G. Boccaccio. Recorde-se, em particular, a novela X da 'seconda giornata', *Paganino da Monaco ruba la moglie a messer Ricciardo da Chinzica, il quale, sappiendo dove ella è, va e diventa amico di Paganino. Raddomandagliele, ed egli, dove ella voglia, gliele concede. Ella non vuol con lui tornare, e, morto messer Ricciardo, moglie di Paganin diviene* (Ed. Branca 1992).

<sup>12</sup> Na novela *Vannino da Perugia e la Montanina*, Gentile Sermini retoma o motivo. Sermini, novelista do século XV, relata a história de Andreuccio de Perugia e a aventura de Montanina oprimida pelos ciúmes do marido Andreuccio. A mulher tem um amante, Vannino, com quem tem relações durante a ausência do marido. Um dia, Andreuccio regressa subitamente e Montanina é forçada a esconder o amante em um «cassone», bebendo um somnífero para obter uma morte aparente. Montanina ditará um testamento

conhecido Romeu e Julieta de Shakespeare<sup>13</sup>), procurarei nesta intervenção examinar a assimilação e a adequação de um motivo codificado por uma tradição cultural, subjacente à intenção de o inscrever na memória colectiva portuguesa. É assim que, trasladado de um longínquo *locus* alheio para uma realidade aparentemente testemunhada, o novo relato mostrará a preservação e a conformidade de parcelas temáticas, como se a edificação de uma *memória* canónica carecesse de uma dimensão mítica, própria à recuperação de um passado heróico de uma família, para revalorizar e dar sentido ao presente da sua descendência.

Como explicar então – poderá perguntar-se – a reutilização deste texto ancestral nas primeiras décadas do século XVI? Apenas como uma migração de narrativa a narrativa, ou como uma opção textual intencionada e utilitária?

### 3 A HISTÓRIA DE «UM» REI RAMIRO. DA *FOGUERA* AO MAR

Ramiro não é antropónimo desconhecido na história peninsular durante a *Reconquista*<sup>14</sup>. Em primeiro lugar, é útil lembrar que esta versão em uma cópia quinhentista da valorosa história do rei Ramiro [II] está reproduzida neste códice, após a transcrição de uma crónica do primeiro rei português, Afonso Henriques (1109? -1185), o que nos leva a pressentir para a junção destes dois textos um propósito que se integraria em uma compilação global sobre as origens de Portugal (desde o prestígio do empenho da *Reconquista* à fundação do reino<sup>15</sup>).

---

estranho em que impõe que o «cassone» seja colocado no túmulo da família onde será sepultada. Montatina fará sair o amante e assim se transfere para Milão com toda a alegria com novo nome, Pellegrina (Ed. G. Vettori 1968).

<sup>13</sup> *Romeo and Juliet* é uma tragédia escrita entre 1591 e 1595, nos primórdios da carreira literária de William Shakespeare, sobre dois adolescentes cuja morte acaba por unir as famílias, que viviam em conflito. *Romeo and Juliet* pertence à tradição de romances trágicos que remonta à antiguidade desde *Píramo e Tisbe*, desenvolvido já por Ovídio nas *Metamorfoses*. Inspira-se em um conto de Itália de Masuccio de Salerne, traduzido em versos como a *Tragédia História de Romeu e Julieta* por Arthur Brooke em 1562, e retomado em prosa com o *Palácio do Prazer* por William Painter em 1582.

<sup>14</sup> Mencione-se, a título de exemplo, Ramiro I das Astúrias (c. 790-850 e rei da Galiza de 842 a 850); Ramiro II de León (rei de Leão de 930 a 951 e rei portugalense de 925 a 931); Ramiro III de León (961-984, rei de Leão de 966-985); Ramiro, filho de Fruela II, rei das Astúrias entre 910 a 925 e rei de León de 924 a 925; Ramiro I de Aragão (1035-1063); Ramiro II de Aragão o *Monge* (1084-1157 rei de Aragão entre 1134-1137). Não será surpreendente por esta razão que alguns dos episódios ligados a um ou outro rei se tenham ‘misturado’ na transmissão textual.

<sup>15</sup> Os reis das Astúrias teriam sido os primeiros a lutar contra os mouros. Demarcando-se o rei Palaio, que venceu numerosas batalhas contando com a ajuda dos cristãos, refugiados nas montanhas. O rei Afonso, o Católico, também ‘guerreou com mouros e fez muitas batalhas com eles e vence-os. Dos reis das Astúrias sobressai ainda o rei Ramiro, ‘este houve muitas batalhas com Mouros e conquereu grandes terras’ (LL, II / 1, p. 104, 105, 106, 109).

Uma trasladação textual, relativa aos reis das origens, que no século XVI, não pôde estar afastada de uma preocupação referente a uma fabulosa génese do reino. De um ponto de vista histórico, tem sido essencialmente J. Mattoso quem, em variados estudos e em diferentes tipos de investigação, analisou a relevância desta *história*<sup>16</sup>. A ilação primordial das suas reflexões tem demonstrado o forte vínculo entre a biografia do rei Ramiro e a atmosfera senhorial em que o relato terá sido redigido.

O antepassado rei Ramiro não seria, afinal, mais do que o iniciador da linhagem – herói fundador – da importantíssima família da Maia no norte de Portugal<sup>17</sup>. A glorificação épica não mais faria do que enaltecer a origem de uma família, a ilustre *Casa da Maia* com o excepcional predecessor Ramiro II de Leão (900-951)<sup>18</sup>.

É a esta linhagem que, por intermédio do seu representante por descendência feminina, Martim Gil de Riba de Vizela (1235? -1295), filho de Gil Martins de Riba de Vizela (c. 1210) e de Maria Eanes da Maia (c. 1220), é atribuída a execução do *Livro Velho de Linhagens*, sem que se possa realmente avaliar em que consistiu a intervenção, ou a iniciativa do impulsionador do projecto. J. Mattoso considera plausível que tenha sido redigido em português por um monge ou clérigo do Mosteiro de Santo Tirso para exaltar os antecessores do conde Martim Gil de Riba de Vizela (família da Maia) durante os anos 80 do séc. XIII (entre 1286 e 1290)<sup>19</sup>. No ambiente medieval, não será por conseguinte surpreendente que este *Livro* viesse elogiar as qualidades da família que procurava celebrar, atribuindo-lhe uma ascendência extraordinária<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> Além do estudo dedicado às *Narrativas dos livros de linhagens* (1983), inserido agora nas *Obras completas*, publicadas pelo Círculo dos Editores (2001), pode também consultar-se o volume referente a D. Afonso Henriques na mesma editora (2006).

<sup>17</sup> A importância no séc. XIII da família da Maia (LV 2C 9; LL 16C 4-7 e LD6 E 6) é amplamente estudada por J. Mattoso, «A família da Maia no século XIII» (1979). O significado desta linhagem nos primórdios de Portugal é documentado com o quadro genealógico da família da Maia incluído no *Dicionário de História de Portugal* (Mattoso 1993). Sobre Martim Gil de Riba de Vizela e a sua intervenção na perenidade da memória da família da Maia, ver, além dos estudos mencionados, as entradas «Livros de Linhagens» e «Cortes Senhoriais» no *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lanciani-Tavani [Coord.] 1993).

<sup>18</sup> A heroicidade e os factos históricos do reinado deste rei são estudados por J. Rodríguez (1972). O período *português* de Ramiro foi analisado por E. Sáez (1945) no seu ensaio «Ramiro II, rey de 'Portugal' de 926 a 930», Com o estudo de R. Pinto de Azevedo (1973), é examinada com documentos do séc. XI a campanha do poderoso Almançor à Galiza (assédio ao castelo da Maia e as devastações do território de Entre Douro e Ave).

<sup>19</sup> Além da introdução à edição do LV (Piel-Mattoso, 1980, p. 12-14), J. Mattoso defende esta tese no seu artigo «O mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa» (1977/1982). Admite que possa ter sido um clérigo letrado da sua corte, talvez Estêvão Anes da Gaia, ou um monge do Mosteiro de Santo Tirso, mosteiro do padroado e da protecção da família da Maia. Ver também o ensaio sobre os de Riba de Vizela de A. Rei (2001).

<sup>20</sup> Os tipos de sucessão na nobreza medieval portuguesa (estrutura de parentesco vertical e o sistema que contemplava todos os herdeiros, mesmo secundogénitos ou mulheres) são estudados por B. Vasconcelos e Sousa (2007).

Os fundamentos, que levaram à necessidade de confecção deste livro genealógico com um retroceder importante ao século X, foram interpretados por L. Krus (1994) como um intento que procurava legitimar uma forma de resistência da nobreza senhorial que, firmemente, se opunha às inquirições régias emitidas por D. Denis em 1284<sup>21</sup>. Estaríamos, em suma, perante um *livro* que vinha engrandecer esta fidalguia (com a importância das suas cortes senhoriais<sup>22</sup>) no momento em que a realeza procurava concentrar a soberania, o que não poderia deixar de contrariar as regalias destes senhores, cujo passado se entendia não só como mais notável, mas precedente ao do próprio rei. Desta maneira, a procedência teria de ser compreendida não só como mais autêntica, mas como mais nobre. É assim que se deve interpretar este remontar até ao tempo da *Reconquista* e, em particular, à importância das Astúrias e é assim que, analogamente, se deve avaliar a infiltração de feitos excepcionais, através de *histórias* respeitadas, que vinham dar força à excelência desta nobreza em relação à *história* do próprio rei.

Não será, por isso, despropositado mencionar as referências antroponímicas para o enquadramento cultural da narrativa. De facto, em *LV*, a introdução anuncia que a «...linhagem dos mui nobres e mui honrados ricos homens e filhos d'algo d'Amaia, em como eles vem directamente do muito alto e mui nobre rei dom Ramiro. E este rei dom Ramiro seve casado com uma rainha, e fege nela rei dom Ordonho...» em uma estrutura de tipo agnático. A indicação cronológica virá do filho do rei «dom Ordonho», que nos permitiria situar assim o rei Ramiro como o rei Ramiro II em Leão (930-951 e rei da terra portugalense de 925 a 931, pai de Ordonho III, rei de Leão, das Astúrias e da Galiza (925-956). Na versão transmitida por *LL*, temos maior precisão: «Houve ù rei em leom de grandes feitos a que chamarom rei Ramiro, o segundo; e o por que lhe chamarom segundo foi porque houve i outro rei Ramiro que foi ant'ele; e outro houve i rei Ramiro, o terceiro...». Já no testemunho *HR*, a menção limita-se apenas a «...Elll Rey Dom rramíro De lleom...», sem mais qualquer outra advertência, como se, agora,

---

<sup>21</sup> A compreensão destes conflitos e a necessidade peremptória de um documento que fixasse e delimitasse espaços é analisada com base justamente na concepção linhagística que espelha a extensão social e a dimensão desta nobreza (Krus, 1994, p. 58, n. 6, 59-70, 92, 117, 170, 182, 189, 262, 289, 325). O projecto procurava enumerar os feitos das cinco primeiras famílias que 'andaram a la guerra a filhar o reyno de Portugal' (Souza, Bragança, Maia, Baião e Gasconha ou Ribadouro), consideradas responsáveis pela independência do reino de Portugal, colocando-se deste modo acima do próprio rei.

<sup>22</sup> São elas as responsáveis pelo irromper da historiografia medieval (fonte quase exclusiva das narrativas breves) e são elas também que permitiram o desenvolvimento dos movimentos literários deste período (pense-se na poesia trovadoresca ou nas traduções da «matéria da Bretanha» (Oliveira, 1993; Castro, 1993).



passado tanto tempo, a simples designação «Ramiro» bastasse. Além do processo narrativo, que explicitaria uma descrição comum de um reinado (rei, acções ligadas às acções guerreiras, etc.), somos rapidamente colocados perante uma dimensão rara que supera a simples sucessão factológica. O significado da *história-lenda* do rei Ramiro estender-se-á também à pertinência de uma minuciosa selecção toponímica como estratégia objectiva que procura reivindicar para a família da Maia um domínio (porções de terreno que lhe pertencenciam) que deveria desfrutar por direito obtido pela *Reconquista*, recorrendo àquele relevante poder cristão, adquirido pela resistência iniciada pelas Astúrias<sup>23</sup>.

É o arquétipo desta nobreza portuguesa (um parentesco associado a feitos heróicos) que comparece durante o séc. X com o reinado de Ramiro II das Astúrias e com seu filho Aboazar Lovesendes Ramires (LL 21A1, p. 211), pai do primeiro senhor da Maia, Trastemiro Aboazar. Mas o mais importante para quem descreve o relato é a qualidade da descendência: «Estes todos se chamarom da Maia porque se gaanhou por seus avoos, e haviam-na por sua. E a Maia chamava-se naquel tempo des Doiro ataa Lima.» (LL 21A5, p. 212-213). Os senhores da Maia não seriam, afinal, para o genealogista, mais do que a linhagem, a casta de onde «todolos fidalgos de Portugal e a maior parte dos de Castela e de Galiza descenderam» (LL 21G6, p. 222).

As afinidades entre os textos dos *Livros de Linhagens*, o envolvimento senhorial na confecção do episódio e as distintas mutações que o texto sofrerá, têm sido amplamente examinados, quer do ponto de vista histórico (celebrizar uma família), como do ponto de vista literário com vários estudos, que têm posto em evidência a técnica narrativa, sobretudo na *amplificatio* e na reformulação textual do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro (Saraiva 1971; Mattoso 1985; Rossi 1979; Miranda 1988; Ferreira 2002; Machado 2006)<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Pode citar-se a referência a Mieres, próximo de Oviedo, no reino cristão das Astúrias, que é o cenário do rapto da rainha asturiana (mulher do rei Ramiro II) por um soberano muçulmano; o Douro *cuperto de uma parte a da outra d'arvores*; a terra da Maia; Santo Tirso; Afurada (foz do Douro) e Âncora (foz do Minho) como cenário de destruição e punição com a morte da rainha; Pena de Cid em Monte Córdova próximo de Santo Tirso; Lafões, lugar para onde se tinha deslocado o rei mouro quando Ramiro II vem libertar a esposa cativa em Gaia, etc. L. Krus no capítulo «Do Minho senhorial aos campos do Alentejo» esclarece esta insistência na escolha toponímica como uma forma concreta que procura justificar um direito à propriedade (Krus 1994, p. 313-334).

<sup>24</sup> Algumas monografias têm tido, independentemente, a preocupação explicativa da história de Gaia (Vila Nova de Gaia), através da preservação dos espaços de memória pela toponímia (*Rua do Rei Ramiro*, *Fonte do Rei Ramiro*, *Escadas do Castelo*, etc.). Destes ensaios, poderia referir o extenso trabalho de A. de Matos com a inserção dos poemas de João Vaz e de D. Bernarda Ferreira Lacerda (1933); C. Valle sobre o *Castelo de Gaia e a lenda do Rei Ramiro* e M. Magalhães também sobre a mesma lenda (1999). As eventuais relações com o romanceiro são, por último, examinadas por J. Paredes no seu ensaio «La

A ascendência de uma família em relação a outra (descendência natural, descendência ilegítima) servirá para qualificar a mais importante do reino e para correctamente validar a genealogia para compreender as virtudes da linhagem. Vale a pena reobservar a modalidade do castigo infligido à rainha adúltera. A rainha cristã, que se deixa envolver pelo inimigo mouro, ao ser punida pela violação do preceito religioso e pela desobediência, está também de algum modo a ser admoestada como mãe indigna.

Uma mãe indigna é uma mãe ilegítima. O filho não poderá ser lídimo, não comprazera às condições exigidas pelo direito, não poderá, por conseguinte, ser o herdeiro. Nesta perspectiva, não será de estranhar a configuração do castigo e a sucessão à transmissão de direito. A narrativa terá então de definir a melhor descendência e o melhor espaço com a justificação toponímica. O espaço reconquistado aos mouros honrará e salvará os novos filhos.

Na *Crónica de la Población de Ávila*, o castigo será concretizado através do fogo: «...tomaron al moro, e quemáronlle en aquel fuego mismo, e tomaron a ella; e cogiéronse para la villa e entráronla e mataron e captivaron quantos fallaron. E después, quando se ovieron de venir, tráxola Enalviello a su muger fasta un lugar que dizen agora Alvacova, e quemáronla allí. E quando la pussieron cerca del fuego, tolliel el fuego la toca, e avié ella frunte e muy blanca. E dizen que dixo un pastor: – "Santa María, que alva cova! "E dizen que por esse a nombre aquel lugar Alvacova» (Ed. Hernandez Segura 1966, p. 29)<sup>25</sup>.

Na versão aragonesa, anuncia-se também a morte pelo fogo, «...pues el conte, après que uvo lançado en la foguera al rey [moro] et su muger, tomó los carros con las doncellas e sirvientas...» (Ed. Riquer 1945, p. 247). A forma de castigo é imposta pela fogueira na serra: «Al rey e ala reyna lanzaron los enla foguera questa en Palomera en hun cerro clamado [rasura]<sup>26</sup>. (...) No sabían res desto aquellos questauan en Buena...auian sallido de aquel lugar clamado Marziella del regno de Nauarra,

---

leyenda de Gaia» (1995, p. 113-123). Embora dê especial importância à tradição oral (questão mais controversa em este tipo de motivo com fortíssima tradição literária), pode também consultar-se o ensaio «Que estranha forma de contar» de H. M. Milhanas Machado (2006).

<sup>25</sup> Manuel Abeledo, a quem muito agradeço, sugere-me uma plausível identificação para Alvacova com um antigo topónimo em Ávila, onde terá decorrido o castigo. Regista-se, de facto, uma isolada ocorrência "Alba Cova" no *Libro de la montería de Alfonso XI*, com registo separado, (segundo a edição de Gutierrez de la Vega, 1887, II, p. 126). Nas *Anotaciones al Libro de la montería del rey Alfonso XI*, Valverde assinala que se trata da *Dehesa de Albacoa*, a 4km a NNW de Cebreros, na província de Ávila: «Las Ferrerías de Zebreros, que son del otro cabo del río, es buen monte de puerco en invierno. Et es la vocería desde la Nava del Tesorero á Valdemelendo ayuso fasta el Alba Cova. Et es el armada só la Fuente de Valsordo» (Valverde 2009, p. 595-596).

<sup>26</sup> No ms., nota-se espaço com raspagem, ilegível no microfilme e não conjecturado em qualquer uma das edições.

vin[ieron] con mucha gent sobre hun lugar clamado Argent...Enesta forma fue tomado Argent e a pocos dias Visiedo<sup>27</sup>. E, «...con grant goyo vinose ad Alfandra: antes que plegas al lugar, supo de cómo los cristianos de Buena auian tomado ad Argent» (Ed. Riquer, 1945, p. 247)<sup>28</sup>.

Contudo, no âmbito português, no *LV*, após a libertação da rainha, o ambiente é descrito pelo júbilo da vitória e pelo resgate: «... E dom Ramiro deitou-se a dormir no regaço da rainha, e a rainha filhou-se a chorar e as lagrimas dela caeram a dom Ramiro pelo rosto, e El despertou-se e disse-lhe porque chorava. E ela disse-lhe: "Choro por o mui bom mouro que mataste". E então o filho que andava i na nave ouviu aquela palavra que sa madre dissera, e disse ao padre: "Padre, não levemos connosco mais o demo". Entom o rei Ramiro filhou uma mó que trazia na nave e ligou-lha na garganta e anchorou-a no mar. E des aquela hora chamaram i Foz d'Ancora» (Ed. Mattoso 1983, p. 59-60). Diversamente das outras duas versões peninsulares (morte pelo fogo), aqui será a morte por afogamento. A água – enquanto elemento primordial pode dizer-se – comparece em oposição ao fogo que, por sua vez, manifestaria a majestade e a força divina purificadora<sup>29</sup>. A foz focaliza o lugar do castigo, mas a morte foi facilitada com uma mó (pedra grande dura, circular, com que se tritura o grão no moinho), que não pode estar dissociada de um sinal evocativo ao adultério.

A figura da mó – moa –, atada na garganta não é alternativa rara à execução. Recorde-se a ocorrência por exemplo, nos *Miragres de Santiago*: «*Et mādoulle oder*

<sup>27</sup> Visiedo, a poucos quilómetros de Teruel, na comunidade de Aragão.

<sup>28</sup> Em Argent, localidade próxima também de Teruel, encontra-se a «cueva del Monje Ramiro». Ramiro II de Aragão, apelidado de *Monge* (1084-1157), rei de Aragão entre 1134 e 1137. Desde muito jovem dedicou a sua vida à Igreja, primeiro como monge no mosteiro francês de São Ponce de Tomeras, depois como abade de São Pedro o Velho Huesca e, por último, como bispo de Roda-Barbastro. Seu irmão, o rei Afonso I, fez herdeiras dos seus reinos as Ordens Militares, mas os nobres aragoneses, reunidos em Jaca reconheceram Ramiro como rei. Por sua vez, os navarros elegeram García o Restaurador. Nesse momento, Ramiro era bispo de Roda-Barbastro, mas teve de ocupar o trono. Apesar de não ter experiência política, obteve sucesso várias revoltas durante o seu reinado entre 1134 a 1137, sendo sucedido por Petronila de Aragão como rainha, que reinou entre 1137 e 1162, ano em que abdica a favor do seu filho Afonso II, primeiro rei da Coroa de Aragão. Casou no dia 13 de Novembro de 1135 na catedral de Jaca com Inês de Poitou, uma nobre viúva francesa. Deste casamento nasceu a herdeira, Petronila a 11 de Agosto de 1136. No final desse mesmo ano, o rei e a sua esposa separaram-se. Inês retirou-se então ao mosteiro de Santa Maria de Fontevrault, onde morreu no ano de 1159. Prometeu a sua filha Petronila a Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona.

<sup>29</sup> O fogo é símbolo da transcendência e da purificação. Deus apareceu a Moisés na moita que ardia, mas não se queimava e manifestou-se como fogo no Sinai. O fogo purifica e limpa o impuro. Por isso, a ira divina é representada pelo fogo que pune os maus. Jesus compara a punição definitiva dos maus com o fogo que não se apaga, mas também a virtude renovadora do Espírito Santo é um baptismo através do fogo.

*hũa m[oa] /na gargãta et deitalo /no rrio do Tibre»<sup>30</sup>. Mas poderíamos recordar, sobretudo, a metáfora sexual da mó, presente na tradição latina e na poesia provençal. Em âmbito galego-português, a difícil cantiga de Johan Servando poderia sugerir também esta hipótese. Na terceira estrofe da cantiga *Don Domingo Caorinha* [V 1030] nos vv. 26-31, ocorre *Don Domingo, non podedes [.....] que con a pissa tragedes [.....] mais como moa fodedes [.....] e sobides e decedes, [que] brand' i [vossos] colhões* (Lapa 227)<sup>31</sup>.*

Poder-se-á assim considerar que, além da imagem da mó, atada «na garganta», que também pode recordar a transgressão à regra de fidelidade conjugal, está em causa outra topografia. Não nos encontramos na serra em um espaço agreste como na Serra de Palomera, que é mencionada no fragmento aragonês, nem no centro da Península como na serra de Ávila. Primam as fronteiras fluviais que, como se sabe, delimitam o adiantamento da *Reconquista*. Embora na versão de Ávila não se encontre uma menção explícita a um rio (por exemplo, o rio Adaja, afluente na margem esquerda do rio Douro, ou o rio Arevalillo<sup>32</sup>), a fronteira na versão aragonesa, é sublinhada pelo rio «clamado Aragon»<sup>33</sup> (Ed. Riquer 1945, p. 243), assim como nos relatos portugueses, a fronteira é marcada pelo rio Douro: «ca entonce Douro era cuberto de uma parte e da outra d'arvores» (LV, Mattoso 1983, p. 51); «...que ora chamam Sam Johane da Foz.

<sup>30</sup> No ms., comparece a forma <mao>, corrigida por J. L. Pensado, para *moa*, apoiado no original latino *mole* (Ed. Pensado, 1958, p. 56-57, n. 8).

<sup>31</sup> As «fadigas do amor», o moinho, a mó são, como sabemos, elementos fortemente conotados com o acto sexual. A metáfora sexual está documentada em Marcabruno com *Moliner ditz al moli*, «*Qi ben lia ben desli*» na canção *Dirai vos e mon latin* (Ed. Gaunt, Harvey e Paterson, 2000 [XVII]). Já os textos latinos o mostravam como em Ausónio com o moleiro e aquele que tem relações sexuais: *Molitor — Fututor: Scmivir uxo rcm duxisti, Zoï'le, moecham. / O qaantus Get quxstus utrimque domi! / Quum dabit uxori molitor tuus, et tibi adulter, / Quantum deprensi damna pudoris emunt* [Ausónio *Epigr. LXXXVIII*] (*Glossarium eroticum linguae Latinae, sive Theogoniae, legum et morum* de Pierre Pierrugues, Parisiis, apud Aug. -Fr. et Pr. Dondey-Dupre, bibliopolas, 1826. 1826: 325). *Non omnem molitor, quae fluit undam videt* [O moleiro não vê toda água que passa por seu moinho], como refere Robert Burton (1577-1640) na *The Anatomy of Melancholy* [1621], Teddington, Middlesex, Echo Library, 2007, vol. II, p. 236. No entanto, E. Gonçalves, a quem agradeço a opinião, sugere-me que a interpretação em Joan Lobeira não deve ser aquela que mais facilmente nos aproximaria de <moa>. Propõe-nos a atenta estudiosa a seguinte reflexão: a lição ms. de V (testemunho único) é: *mays p[er] cōmo afodedes*, que poderia ser lida «mais per como a fodedes», remetendo para «a Marinha» (ms.: amar mha) entendendo-o 'mas pelo modo como a fodedes'. O contexto e a lição do ms. indicam que o «a» representa o pronome complemento e se refere a Marinha. No entanto, em este tipo de cantiga, a coincidência fonética neste contexto não deixa de nos colocar em uma plausível e interessantíssimo ambiguidade.

<sup>32</sup> O principal elemento fluvial é o rio Adaja, afluente do Douro, que articula a drenagem deste território, por um lado pelo Vale de Amblés e por outro pelo norte da Serra de Ávila, alimentando o sector oriental da vertente norte através dos seus afluentes, o Arevavillo e o Berlanas. Além do rio Adaja, o elemento fluvial mais importante é o rio Almar, termo municipal de San Juan do Olmo. Podemos ainda mencionar na hidrografia desta região, o Zamprón, o Trabancos e o Zapardiel.

<sup>33</sup> O rio Aragão é um rio do norte de Espanha, um dos principais afluentes do Ebro.

Aquele lugar, de ãa parte e da outra, era a ribeira cuberta d'arvores...» (LL, Mattoso 1983, p. 52).

Nas versões portuguesas, o quadro geográfico altera-se. O castigo variará da fogueira ao mar, mas a exemplaridade da punição será igualmente perceptível. O afogamento poderá representar uma imagem de regressão ao líquido inerente à concepção, ao líquido amniótico e à perda dos limites estruturados pela consciência. Considerado como um dos símbolos de operação alquímica que revela a *solutio* derradeira, que costuma ser retratada pela imagem da morte por submersão.

A vítima carece de regeneração e o matar por afundamento denota que a transgressão e o pecado precisam de ser dissolvidos pela água<sup>34</sup>. A história da mulher do rei Ramiro constituiu um *leitmotif*, que utiliza os mesmos recursos para enaltecer em um primeiro momento a ascendência da família da Maia (LV) com um castigo que deve servir de lição e, em outro momento mais tardio, o mesmo episódio, já na *Hestorja dell Rej Ramiro de lleom*, no século XVI, vai exaltar a exemplaridade de outra família, a família Pereira (HR)<sup>35</sup>.

#### 4 A PROFICIÊNCIA DA ONOMÁSTICA

Além de elementos invariantes entre as diferentes versões (sequestros, artifícios, adultério, castigo, recuperação da honra perdida, etc.), importa notar outros aspectos determinantes, que contribuem para provar a conveniência do reuso onomástico de um mesmo texto (não se trata de uma simples re-escrita) em uma situação sócio-cultural bem diferenciada.

Os topónimos encontram-se presentes em certas narrativas breves com funções diversas, contribuindo não só para situar no espaço as personagens e actualizar a

---

<sup>34</sup> Opinião expressa mais de uma vez por M. Eliade (1998). Recorde-se também o *Livro de Génesis* [38, 24]: «E aconteceu que, quase três meses depois, avisaram Judá, dizendo: Tamar, tua nora, adulterou, e eis que está grávida do adultério. Então disse Judá: tirai-a fora para que seja queimada». Mas também podem recordar-se mitos celtas como o do poeta Aed Mac Ainin (poeta apanhado em flagrante adultério com a rainha do Ulster, e que o rei Conchobar condena em vão ao afogamento). Adapto da edição *La Bible. Ancien Testament* da Bibl. La Péiade, 1956, p. 131. Cf. também o ensaio de F. Lourenço Olivieri, «Os Celtas e os Cultos das Águas. Crenças e Rituais», disponível em [www.brathair.com/revista/numeros/06.02.2006/culto\\_agua.pdf](http://www.brathair.com/revista/numeros/06.02.2006/culto_agua.pdf).

<sup>35</sup> A família Pereira está, como se sabe, ligada à vitória na Batalha do Salado. É na narrativa desta batalha onde fica mais clara a intervenção de um refundidor de LL, tendo sido, possivelmente, redigida por alguém com maior sensibilidade literária, à volta de 1380 e 1383, ampliando as narrativas referentes a esta família, ao incluir ainda a biografia do prior Álvaro Gonçalves Pereira. O refundidor procurava, através da narrativa da *Batalha do Salado*, exaltar a memória do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, que desempenha na narrativa um papel preponderante, amplificando através de narrativas heróicas a ascendência da linhagem Pereira (Saraiva 1971).

narrativa, mas também para traduzir intencionalmente um acto objectivo onde o nome de lugar adquire maior pertinência. Os lugares são reais. O acentuar a geografia circunscreve limites, obtidos pela *Reconquista* e ao mesmo tempo define espaços identitários. A cadeia minuciosa de mais de um elemento toponímico traduzirá a necessidade de impor pela nomeação a pertinência de um nome de lugar associado ao nome de uma família. A memória do espaço, portanto. Em um tempo, que procura remontar aos direitos da *Reconquista*, o nome do lugar e o nome da família, mais não fazem do que estabelecer uma relação entre o senhor e a posse da terra. E quem diz posse, está a dizer poder. A percepção do espaço claramente nomeado e a autoridade da propriedade<sup>36</sup>.

O texto, que é reproduzido neste códice quinhentista, caracteriza-se, em primeiro lugar, por uma manifesta redução lexical no que diz respeito à toponímia e ao nome dos intervenientes (rei mouro, nome da rainha, nome da donzela, etc.), se tivermos presente as versões dos *Livros de Linhagens*, que são muito mais ricas na nomeação tanto toponímica como antroponímica. Em *HR*, as denominações são mais escassas: Rey Dom Ramiro, Leom, Valença do Minho, mulher, Gaia, Porto, Douro, Rainha sua mulher, moça, Romeiro, filha del Rey mouro, Dona Soutinha, Mosteiro de S. Tirso, Ponte Dona Coutinha, Ponte de Aragoncinha, Rio Ave, com a nomeação da Quinta de Pereira<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> As figuras tutelares são associadas a um conjunto de espaços que procuram activar a memória da Reconquista. O lendário conquistador Ramiro, que se apossará do castelo de Gaia, vence o chefe islâmico que possuía «toda a terra des Gaia ataa Santarém» [LL 21 A 1<sup>7</sup>]. A escolha dos topónimos não é casual. Assim, se procurava reivindicar para os senhores da Maia e, através deles, para toda a nobreza do Entre Douro e Minho, a procedência da reconquista fidalga do Entre Douro e Tejo sobre a reconquista régia do território. O *LL* considerava a Estremadura portuguesa como um território formado a partir da expansão senhorial nortenha nele assinalando uma paisagem semelhante à que evocara para o norte do Douro (Krus 1994, p. 326-327).

<sup>37</sup> No *LV*, nota-se logo de início a menção aos *filhos d'algo d'Amaia*, e além das referências ao rei dom Ramiro, ao rei dom Ordonho e ao rei Abencadão, registam-se Salvaterra, Mier, Astúrias, Gaia, Sanhoane d'Afurada, Douro, Alfão, Ortiga, foz d'Ancora, dona Aldara, Alboazar, vila de Leom, Portugal, Santiago, Mouquim, Cornelham, Monte Cordova, Pena de Cide, São Romão. São Martinho de Mouros, Aveoso, Gondomar Todea, Marnel de Riba de Vouga (rio Marnel, rio Vouga). No *LL*, as designações são ainda mais significativas: rei em Leom, rei Ramiro, rei dom Afonso, o Católico, rei Rodrigo, Alboazar Alboçadam, Gaia, Santarem, rainha dona Aldora, rei de Marrocos, Aaman, Minhor, Leom, Artiga, ifante dom Hordonho, Sam Johane de Furado, que ora chamam Sam Johane da Foz, Alafoões, Perona, natural de França, dom Hordonho, Foz d'Ancora, Castela, Leom, rainha Alda, mosteiro de Sam Juliam, Aboazer Ramirez, ... chamaram por sobrenome Cide Aboazar, Sam Romão, Crasto d'Aveoso, Crasto de Gondomar e de Todea, Antre Doiro e Minho e d'Aalem dos Montes, Bragança, Doiro, Lamego, Sam Martinho de Mouros, Coimbra, Artiga Ramirez. Notem-se nas designações, que se conservaram até hoje como Afurada, Monte Córdova, Mouquim, Gondomar, entre outros. A localização de todas estas referências pode ser observada no mapa elaborado por L. Krus na distribuição toponímica dos livros de linhagens, o que demonstra a minúcia voluntária na especificação dos lugares reavidos (Krus 1994, p. 48-55).

É plausível crer-se que em *HR*, o anacronismo da transcrição explicaria este amortecimento toponímico. A focalização não era já a mesma. Os intervenientes não eram já os mesmos e a onomástica não poderia naturalmente no século XVI coincidir entre os interesses de uma redacção, efectuada nos finais do século XIII e uma transcrição efectuada no século XIV (o *LV* à volta de 1270; o *LL* entre 1340 e 1344 com sucessivas refundições entre 1360-1365 e 1380-1383). Nesta altura em *HR* (com actos datados no ms. entre 1385 e 1521), as lições, que tinham produzido maior efeito toponímico no século XIII, não deviam manter-se, notando-se uma restrição nas enumerações nominais, condensando-se a história à trama essencial, ao convergir o enfoque para a nomeação de outra família igualmente predestinada.

Tanto nos *Livros de Linhagens* como em *HR*, o relato encerra com uma fundamentação toponímica apropriada — Foz d'Ancora (*LV* 2A1, p. 49) / Foz d'Ancora (*LL* 21A1, p. 210), a nova versão traz ainda a mesma indicação, explicitando «no mar homde chamã o rrío d amcora...» [*HR* 158-159]<sup>38</sup>. O lugar denomina-se *Âncora* (peça de ferro destinada a reter o navio no ponto onde se deseja fundeá-lo), porque é ali que ocorre o castigo. O nome do lugar marca a memória. Não é apenas a génese da descendência que estará em causa, mas também a necessidade de aliar o castigo a um espaço determinado, que fará perdurar indefinidamente a pedagogia do *exemplum* (a consciência territorial e a autoridade da toponímia).

Nas versões linhagísticas, o desfecho do relato concluí-se pela nobre e genuína descendência do rei Ramiro. Em *LV*, o filho da moura será o legítimo herdeiro narrando-nos o genealogista que o rei «(...) entom baptizou Ortiga, e casou com ela, e louvou-lho toda sa corte muito, e pos-lhe nome dona Aldara, e fege nele um filho. E quando naceo, pos-lhe o padre o nome de Alboazar. E disse entom o padre que lhe punha este nome porque seria padre e senhor de muito boa fidalguia...» (Mattoso 1983, p. 60)<sup>39</sup>. No *LL*, a informação é semelhante, dizendo-nos o genealogista que este «(...) rei houve ùu filho em dona Artiga que chamarom ifante dom Aboazer Ramirez. Este

---

<sup>38</sup> Vila Praia de Âncora (Âncora vila e Âncora praia) no vale do rio Âncora pertence ao concelho de Caminha no Minho e comparece já na documentação do séc. X. Nomeada inicialmente como *Gontinhães / Santa Maria de Gontinhães / Santa Marinha de Gontinhães*, nome de provável proveniência germânica, só em 1924 foi adoptada a designação em *Vila Praia de Âncora* em substituição do procedente *Gontinhães* (*Guia de Portugal, Entre Douro e Minho, II - Minho*, 1996, p. 1042-1047; A. Costa, *Diccionario Chorographico*, 1938, vol. VI, p. 1288-1289). A localização em *HR* reporta-se à numeração das linhas na edição diplomática (Ramos 2004).

<sup>39</sup> No *LV*, Artiga é o nome da donzela que Ramiro encontra na fonte. No *LL*, Artiga é o nome da moura, irmã de Alboazar Albocadon, raptada por Ramiro: «...bautizou-a e pos-lhe nome Artiga, que queria tanto dizer naquele tempo, como castigada e ensinada e comprida de todos b[es]» (Mattoso 1983, p. 51, 53). De facto, se contamos com uma base latina *ORTUM*, estamos perante o sentido de 'pessoa afortunada'.

chamarom Cide Aboazar, porque naquele tempo fez muitas lides com Mouros...» (Mattoso 1983, p. 61). Em *HR*, a descendência é também posta em evidência com a conversão da moura – tornou-a cristã –, sobressaindo a elucidação quanto aos novos protagonistas em relação aos textos precedentes: «(...) e dormío com ella / e fez hum filho que foi comde //da maia (...)». Mas aqui a filiação particulariza-se, anunciando que, depois, « (...) cassou com hũa domzella / que auia nome Dona ssoutinha e (...) sua madre fez a pôte / que chamom de dona coutinha e depois / mudarõ o nome a esta pomte e poserõ / lhe nome a pomte d araguomçinha no / Rio d ave» (Ramos 2004, p. 834-835)<sup>40</sup>. Assim vão surgir nesta versão elementos toponímicos, completamente desconhecidos das versões anteriores. Em primeiro lugar, *araguomçinha* – forma que é ignorada em qualquer outro texto –, deve ser resultante de *Aragonsa*, que é nome que comparece justamente em outro fragmento de uma crónica aragonesa, copiado na segunda metade, ou já no último quartel do séc. XIV [ms. 245 da Biblioteca de Catalunya]<sup>41</sup>.

No entanto, este tipo de recurso a uma pertinência toponímica não é exclusivo das versões portuguesas, nem das mais antigas, transmitidas pelo *Livro Velho* e pelo *Livro do Conde D. Pedro*, nem por esta localizada no século XVI. Se olharmos para a circulação textual ibérica desta narrativa, vamos notar que o episódio, que comparece na versão aragonesa, datável do século XV (copiado entre 1458 – 1500), *Leyenda de la enterrada viva* (Ms. 353 Biblioteca Central de la Deputación de Barcelona), não é avaro na nomeação<sup>42</sup>. De acordo com a opinião de Martín de Riquer (1945), a concepção do compilador era provavelmente a de formar uma miscelânea sobre a história e os foros de Teruel (Visiedo, Argent, Albarracín, Alfambra, Bueña)<sup>43</sup>. Mencionar Teruel, deve levar-nos à conhecida lenda dos *Amantes de Teruel*. A lenda dos *Amantes de Teruel*

---

<sup>40</sup> A ponte de *araguomçinha* corresponde à *Ponte de Lagoncinha* na margem esquerda do rio Ave. Foi também referida com o nome primitivo de *Ponte Velha* e «assim é designada na demarcação do couto concedido pelo Conde D. Henrique, em 1097, a Soeiro Mendes da Maia». A denominação de *Lagoncinha* «é tida como lembrança de uma tal Dona Gontinha, que teria contribuído com grandes somas para a sua conservação ou reconstrução» (*Guia de Portugal, Entre Douro e Minho I. Douro Litoral*, 1994, p. 643-644). Datável talvez do séc. XI, parece estar o seu nome associado a *Gontina* / *Gontinha*, que se encontra em várias monografias sobre a região. No entanto, *Soutinha* ou *Soutinho* são também topónimos que se registam no norte de Portugal.

<sup>41</sup> Para a documentação relativa a esta ocorrência, consulte-se a este propósito o estudo de G. Avenoz-M. Raíndo sobre este fragmento (1993, p. 37-84).

<sup>42</sup> Não se trata efectivamente de uma «enterrada viva», pois o castigo será efectuado também pelo fogo, como na versão da *Crónica de la Población de Ávila*.

<sup>43</sup> Teruel, cidade de Aragão, na zona centro-oriental de Espanha, é capital de província e capital do mudéjar. Sobre a importância de Teruel e da história dos *Amantes*, ver os estudos de López Rajadel (1997; 2008).



procederia de uma antiga tradição – amor contrariado –, que remonta também ao tempo da *Reconquista* em Albarracín<sup>44</sup>.

A fragmentária crónica aragonesa do tempo de Juan II de Aragão (1458-1479) conserva uma interessante versão do motivo *Mulher de Salomão*, precedida de uma breve consideração sobre as qualidades magnânimas do cavaleiro<sup>45</sup>. Os protagonistas, o conde D. Rodrigo de Alfambra, sua mulher e o rei mouro de Camañas, preenchem o relato com o mesmo tipo de focalização (rapto, adultério, castigo, etc.)<sup>46</sup>.

Encontrar este mesmo episódio (presença toponímica, a imagem da mulher, a retomada cristã de Camañas, etc.), em um fragmento aragonês, permite-nos adicionar mais um indício que pode sustentar a circulação textual entre Aragão e o ocidente. Podíamos evocar a importante transmissão da cronística primitiva, marcada pelas redacções navarro-aragonesas (*Crónicas navarras*, *Crónica Najerense*, *Liber Regum*, *Livro de las Generaciones*), como também poderíamos pensar em eventuais influências devidas ao séquito que acompanhou a rainha Isabel (1271-1336), mulher de D. Denis, filha de Pedro III de Aragão (1239-1285)<sup>47</sup>.

Vencidos os inimigos, o conde e seus vassallos procederão ao castigo supremo («Al rey e ala reyna lanzaron los enla foguera questa en Palomera en hun cerro clamado

<sup>44</sup> Albarracín é uma povoação espanhola da província de Teruel na comunidade de Aragão. Nos primeiros anos do século XIII, vivem na cidade Juan Diego de Marcilla e Isabel de Segura que se amam profundamente. O apaixonado partirá em guerra e ao regressar a Teruel, após cinco anos, reencontra Isabel que é esposa de um irmão do senhor de Albarracín. Juan Diego aproxima-se, pede-lhe um beijo que lhe é negado. Juan Diego morre de dor. No dia seguinte, durante o funeral do jovem em San Pedro, Isabel, aproxima-se do féretro, quer dar-lhe um beijo, mas morre repentinamente. Em 1555, descobriram-se as múmias enterradas na capela de San Cosme e San Damián. Junto a elas, o notário Yagüe de Salas descrevia o sucedido. Juan de Ávalos esculpirá as estátuas dos amantes cujas mãos se juntam na simbologia do amor eterno. O *Mausoleo de los Amantes*, as esculturas de Ávalos, o mural realizado por Jorge Gay *Un amor nuevo*, assim como o quadro de Muñoz Degraín no Prado e diversos textos musicais, literários, cinematográficos foram suscitados por estes famosos amantes. Desde 1997, celebra-se em Teruel, como memória da tradição, a festividade das bodas de Isabel de Segura.

<sup>45</sup> Juan II de Trastámara, apelidado o *Grande* (Medina del Campo, Castilla, 29 de Junho de 1397-Barcelona, 20 de Janeiro de 1479). Duque de Peñafiel, rei de Navarra (1425-1479) e rei de Aragão, de Sardenha e de Sicília (1458-1479), filho de Fernando I de Antequera e de Leonor Urraca de Castilla, Condessa de Alburquerque.

<sup>46</sup> Alfambra é uma localidade da província de Teruel, situada em Teruel em Aragão e Camañas é um município de Espanha também na província de Teruel em Aragão. O episódio decorre nesta região com o primeiro senhor de Alfambra, o conde D. Rodrigo.

<sup>47</sup> A *Crónica najerense* (*Chronica Najerensis*) assim designada por ter sido composta no mosteiro beneditino de Santa María la Real de Nájera, é uma crónica do último quartel do século XII, escrita em latim, que narra a história universal, a Hispania visigoda e a história contemporânea dos reinos de Leão e Castela. O *Liber Regum*, redigido entre 1194 e 1209 em Navarra em aragonês é uma crónica medieval anónima, que costuma ser considerada como a mais antiga história de Espanha escrita em romance. O texto contempla a história da Hispania desde a Génesis até aos reinos fundados nos finais do século XII; *Libro de las generaciones*, derivado do *Liber Regum* é transmitido por um manuscrito quatrocentista copiada por Martín Larraya. A confecção da linhagística portuguesa serve-se destas fontes e será ampliado no *Libro de las Generaciones* de Martín de Larraya (Cintra [1951] 1983, p. XCVIII-CX).

[...]». Mas não basta a condenação à morte pela fogueira. O cronista deter-se-á, mais uma vez, em uma óptica própria à *Reconquista*, na minúcia da designação dos espaços recuperados pelo conde, como já vimos com a serra de Palomera, Bueña, Marcilla, Argent, Visiedo, Alfambra, etc. (Ed. Riquer 1945, p. 247).

Não é, portanto, só a punição exemplar que conta. A distinção do feito será assinalada pelo enunciado de um espaço, que está na posse dos cristãos, em uma clara demonstração de reapropriação de terras, de elementos ordenadores nos sistemas de toponímia e antroponímia sob o peso do valor de uma fixação escrita ao serviço do poder. No fundo, em qualquer uma das versões, o que se procurava não era mais do que a concretização do velho «tempo dos Godos», que dava origem a uma sociedade senhorial, com terras conquistadas, com toponímia apropriada e legitimada por episódios exemplares em concorrência com o «tempo dos Mouros», vigorosos, mas perdedores (Krus 1986-1987).

## 5 UMA *MISE EN FICTION* ESSENCIAL À MEMÓRIA SENHORIAL

A preocupação senhorial é bem visível na confecção da compilação linhagística portuguesa. Além de Ramiro, figura central, a presença nesta versão portuguesa do nome feminino *Aragonsa*, diversamente dos *Livros de Linhagens*, que não a mencionam neste episódio, é um bom indício para podermos reflectir na ressonância e na transição do nome de uma região para outra, que servirá de espia para a propagação do *conto* do espaço aragonês para o ocidente<sup>48</sup>. Ora, *Aragonta* é também o nome da segunda mulher de Ordonio II, dama galega que foi justamente repudiada pelo pai de Ramiro de Léon por *ter suspeitado dela*, como se pode ler na *Primera Crónica General de España*:

«...Desi caso com una duenna de Gallizia que auia  
nombre donna **Aragonta**; mas dexola despues porque  
sospecho della...» (Ed. Menéndez Pidal 1955, § 676).

<sup>48</sup> O estudo das possíveis fontes do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* foi basicamente renovado pelas análises de L. F. Lindley Cintra, D. Catalán Menéndez Pidal e J. Mattoso. Destas fontes é, neste contexto, significativo assinalar a proveniência navarra do *Liber Regum*, genealogia de várias casas reais desde o início do mundo, escrita por um monge navarro de Fitero à volta de 1200 que o Conde D. Pedro deve ter utilizado em uma terceira versão, correspondente ao também navarro *Libro de las Generaciones* (Cintra, 1950, Menéndez Pidal, 1962; J. Mattoso, 1981).

Aliás, também na *Crónica de los Estados Peninsulares*, designada por R. Menéndez Pidal como *Crónica Navarro-Aragonesa*, no capítulo dedicado a Ordonio, deparamos com idêntica referência:

«(...) El rey Ordonio, viendo esto, plego sus gentes, e entro por la tierra de los moros, matando e astragando aquella, e venciendolos en muytas haciendas (...).E fallo su muller Momnia, en otra manera Galoyra, muerta de la qual havia dos fillos, Alfonsso e Remiro, e muyt tristo de la su muert, mas que alegre de la victoria de los enemigos. Prendie otra muller de Gallicia, por nombre **Aragonca**, la qual depues por sospecha lexo, pero depues fue punida de aquesto (...)»<sup>49</sup>.

A propósito da circulação onomástica, é significativo referir também a ocorrência em outra crónica aragonesa – *Cronica de San Juan de la Peña* – na descrição do reinado de outro rei Ramiro, Ramiro II, o Monge (1095-1147)<sup>50</sup>. Note-se, agora, o nome de *Peyronela* [lat. PETRONELLA-], filha de Ramiro II de Aragão<sup>51</sup>:

«(...) a la qual deyan por bautismo don **Payronella**, porque nasció en día de San Peyro, et después fue mudado nombre donna Urracha (...)»; «(...) Aquesti muyt noble varón prisso por muller la filla de don Remiro, rey de Aragón, nombrada **Peronella** (...)» [p. 57; 74].

E, em lição variante, regista-se:

(...) Et don Alfonso de Castilla mudó el nombre a dona **Peyronela** e fizolo clamar Urraca, e después querían casar a su fillo con ella (...)» [p. 57]<sup>52</sup>.

<sup>49</sup> R. Menéndez Pidal nas *Crónicas Generales de España*, 1918, p. 87-92. O texto, dado a conhecer por R. Menéndez Pidal, encontra-se editado em *Crónica de los Estados Peninsulares. Texto del siglo XIV*, ed. por Antonio Ubieto Arteta (1955).

<sup>50</sup> A *Crónica de San Juan de la Peña* é uma história geral dos reinos e condados da Coroa de Aragão, datável entre 1369 e 1372, trasladada de um texto em latim, por sua vez anterior a 1359, ed. por C. Orcástegui Gros (1986).

<sup>51</sup> Petronilha de Aragão (Huesca 1136- Barcelona 1173) foi rainha de Aragão entre 1157 e 1164 e condessa de Barcelona entre 1162 e 1164. Filha de Ramiro II de Aragão (1084-1157) e de Inês de Poitou era neta de Guilherme IX da Aquitânia. Ao ficar noiva de Raimundo Berenguer IV, conde de Barcelona, seu pai Ramiro retirou-se para o mosteiro de San Pedro el Viejo de Huesca, conservando para si o título de rei. O nome *Perona* não deixará também de evocar *Peyronelle*, a amiga pastora de Marion no *Jeu Robin e Marion* de Adam de la Halle [ms. da Vallière [Paris BN fr. 25566] (Ed. Coussemaker [1872] 1982).

<sup>52</sup> *Cronica de San Juan de la Peña. Versión aragonesa* (Ed. C. Orcástegui Gros, 1986).

Não podemos deixar de congregar este nome – Peyronela – à versão de *LL*.  
Recorde-se que é com o nome *Perona* que é denominada a criada:

«(...) Aconteceo assi que Alboazar Alboçadam fora correr  
monte contra Alaföoes, e ãa sergente que havia nome  
**Perona**, natural de França (...)» (*LL* 21 A1, p. 206).

Todas as versões, de um modo ou de outro, encerram com uma legitimação dinástica através do novo enlace do rei com a moura baptizada e com a nova descendência. Nova descendência quer dizer descendência legítima. Mas, ao justificar este novo enlace mouro-cristão, o cronista de *HR* concede-nos a dilecta descendência do filho do rei Ramiro. Os objectivos são claramente legitimatórios. Um enlace entre um reino cristão e uma moura careceria, no entanto, de um suporte mitológico que autenticasse o consórcio, e assegurasse o direito de sucessão segundo a ordem de primogenitura. Em *LV*, as conquistas do filho Cide Alboazar eram descritas com significativa particularidade (casamento e baptismo): «(...) E fege uma torre no monte de Monte Cordova, que ora chamam Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão, e foram-se passar Douro e foram-se a São Martinho de Mouros...» [*LV* 2A2, p. 50]. Igualmente, no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, as alusões são abundantes: «(...) e tirou-os de Sam Romão e de Crasto d’Aveoso e de Crasto de Gondomar e de Todea e de todo Antre Doiro e Minho e d’Aalem dos Montes, contra Bragança, e passou-os aalem Doiro a Lamego, a Sam Martinho de Mouros e foi-os tirar de contra Coimbra» [*LL* 21A1, p. 211]. Já na versão quinhentista, a menção é simplificada: «e fez hum filho que foi comde // da maia e cassou com hũa domzella que auia nome dona ssoutinha de grande estamdo» [*HR* 162-165].

Se a nomeação não oferece as mesmas particularidades na transcrição do séc. XVI, a benéfica acção da linhagem volta a ser analogamente posta em realce com a instituição do Mosteiro de S. Tirso: «fezerõ o mosteiro de sam turiso» [*HR* 170]. Este acto era já relatado nas versões dos *Livros de Linhagens*: «E casou com dona Usco Godins (...) e ela com seu marido fundarom a igreja de São Nicolao em vila de Moreira de Riba d’Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba d’Ave» [*LV* 2A2, p. 50]; «Ela,

com seu marido fundaram o mosteiro de Sam Nicolao, a que ora chamam Santo Tisso de Riba d'Ave» [LL 21A2, p. 211]<sup>53</sup>.

Como vimos anteriormente, o mosteiro de S. Tirso e a família da Maia, por sua vez descendente do rei Ramiro, estão aliados à própria confecção do *Livro Velho*, mas é proeminente notar que esta circunstância continua ainda ser causa de dignidade para o redactor de uma versão copiada já no séc. XVI<sup>54</sup>. No entanto, a grande inovação deste texto não é, neste momento, só a família da Maia como nos *Livros de Linhagens*, mas a referência explícita a outra família: «(...) foi comde // da maia e cassou com hũa domzella / que auia nome Dona ssoutinha de grande / estamdo e ouue della hum filho queue / foy lleuado a hũa quimta de pereira / e daqui sse leuamtou a llinhagem dos / llimdos pereiras (...)» [HR 162-168]. Os Pereiras não compareciam, deste modo, na estruturação da narrativa do Rei Ramiro nos *Livros de Linhagens*, embora estejam familiar e geograficamente não muito afastados da família da Maia<sup>55</sup>.

É um carácter providencialista que os Pereiras tentaram transmitir à sua linhagem nomeadamente conhecida através do processo de refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. É assim que filiam a família aos da Maia, uma das famílias que o *Livro Velho de Linhagens* dos finais do séc. XIII, considerava fundadora da nobreza portuguesa e artífice da formação do reino (Krus-Vasconcelos e Sousa 1993, p. 112). Esta nova versão do séc.XVI vem sublinhar a intenção que procurava um autêntico reconhecimento.

A veracidade importa pouco. É necessária apenas uma coerência que oculte a recriação textual de uma transgressão passada transformada em júbilo. O genealogista, independentemente do recurso que possa fazer a documentos, adequará a sua narrativa ao novo interesse – a família Pereira –. Aqui, não se tratará de uma ficção, que procura

---

<sup>53</sup> A devoção a S. Tirso encontra-se presente em toda a Espanha, particularmente na província de León. É patrono de Villafranca del Bierzo e de outras localidades leonesas. Na primera metade do século III, em Apollonia, na Frígia (Ásia Menor), Décio, perseguidor de cristãos, ordenara que fosse degolado um cristão, Leucio. Tirso (nome grego *Thyrus* 'contemplador'), atleta de circo confrontou-se com o governador exortando-o a que não castigasse o inocente, em nome dos deuses pagãos que adorava. Com sua audácia, terá assim suportado muitas torturas, sendo finalmente condenado a ser cortado em dois no século III.

<sup>54</sup> A importância do mosteiro de S. Tirso (fundado em 978) e a lenda do rei Ramiro associada à família da Maia são analisadas por J. Mattoso e L. Krus nos estudos já citados.

<sup>55</sup> Nome de raiz toponímica, tirado da quinta e couto de Palmeira. Os estudos de J. Mattoso, dedicados à nobreza, facultam informações sobre esta família, que é integrada também em LL (LL 21G 10, 11, 12, p. 237 ss). A família Pereira possui igualmente bens nas margens do Rio Ave. A associação à família da Maia é feita através do casamento da filha de Gonçalo Mendes da Maia, o *Lidador*, com D. Rodrigo Froyaz de Trastamar, que dará origem aos Pereiras. Os nexos entre esta família e o Conde D. Pedro são também conhecidos (Mattoso, p. 180-182; p. 50). Um esquema genealógico da família, assim como a história da ascensão social dos Pereira, é apresentado nos estudos de M. Soares da Cunha dedicados à linhagem, ao parentesco e ao poder. da *Casa de Bragança* (1990 [p. 19-23]; 2000).

reconstruir uma *história*, mas de uma construção, que se apropria de uma memória que deve ser preservada para evitar o esquecimento. Mas para acautelar o olvido, é urgente voltar a apoderar-se daquele passado como base legítima para reconfigurar o presente. Uma historiografia metódica de «factos notáveis» para a edificação mítica de um passado providencial que revaloriza o presente pela persuasão e pela autenticidade de uma nova família. A reminiscência do velho acontecimento vai adquirir um carácter sagrado, concedendo ao passado uma dimensão mais fundacional. A reprodução da memória do episódio fundador, adoptado para a criação da linhagem da *Casa da Maia* vai testemunhar a génese de uma outra *Casa*, a *Casa dos Pereiras*.

Uma nova *Casa*, uma nova família que carecia agora de uma memória que lhe validasse um glorioso presente, legitimamente herdado de um tempo pretérito, reutilizando-o em uma forma de acontecimento comemorativo, privilégio da génese de um herói. A ênfase é essencial, porque é imprescindível inscrever na memória colectiva os valores genealógicos familiares e o que conta são esses apetrechos que não poderão fazer mais do que levar à estatura de um «predestinado», aquele que é reservado e dotado para grandes feitos. Não só porque já os efectivou, mas pela herança do seu legado familiar. A dimensão ritual e simbólica vai indirectamente caracterizar uma família notabilizada por seus feitos guerreiros, coragem, tenacidade, abnegação, magnanimidade. Quem poderiam ser estes Pereiras? Não já D. Frei Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital e a sua interferência na refundição dos *Livros de Linhagens*, mas sim seu filho<sup>56</sup>. O novo herói Pereira só pode identificar-se com Nuno de Santa Maria, ou simplesmente, Nuno Álvares Pereira, o futuro Santo Condestável<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> O estudo e as hipóteses de A. J. Saraiva sobre as refundições de *LL* do Conde D. Pedro, especificam que a primeira modificação é datável entre 1360-1365 e pode ter sido feita por alguém, talvez um clérigo, que teria estado ao serviço do prior da Ordem do Hospital Frei Álvaro Gonçalves Pereira. A segunda intervenção, realizada entre 1380 e 1383, é concretizada por um redactor que conferiu maior consideração às narrativas do que à actualização genealógica, alterando sobretudo o desenvolvido título XXI, com o intuito de celebrar a família de Pereira. São-lhe devidas, segundo ainda Saraiva, várias das narrativas mais extensas do *Livro*, sobretudo as referentes aos ascendentes dos Pereiras e à batalha do Salado, inserida justamente na biografia de Álvaro Gonçalves Pereira. A. J. Saraiva considerava que esta sequência de textos devia ser posterior à morte do Prior D. Álvaro (morte datável dos finais de 1379 ou princípio de 1380), mas precederia os acontecimentos que vão solenizar seu filho D. Nuno Álvares Pereira que não chega efectivamente a ser mencionado em *LL* (Saraiva 1971).

<sup>57</sup> D. Nuno Álvares Pereira, também conhecido como o *Santo Condestável*, Beato Nuno de Santa Maria, ou simplesmente Nuno Álvares (24 de Junho de 1360 – 1 de Novembro de 1431) foi um general português do século XIV que desempenhou um papel fundamental na crise de 1383-1385, onde Portugal lutou pela independência contra Castela. Nuno Álvares Pereira foi também conde de Arraiolos, de Barcelos e de Ourém. Legitimado por D. Pedro I, torna-se condestável do reino, chefe militar e é apontado como modelo de virtudes cívicas e morais, exemplo de príncipes e senhores (guerras com Castela, vida de herói, defesa da Pátria). Cf. Cunha, 1990, p. 93-97; 127-159.

Nuno Álvares Pereira nasceu na vila de Cernache do Bonjardim, concelho da Sertã. Filho de Álvaro Gonçalves Pereira e de Iria Gonçalves do Carvalhal, casou com Leonor de Alvim em 1377 em Vila Nova

A nova *Casa* familiar e a nova dinastia joanina. A ligação de D. Nuno, um dos primeiros nobres a apoiar as premissões de D. João Mestre de Avis, à nova coroa portuguesa é tão determinante como a virtude é omnipresente<sup>58</sup>. No século XIII, tinha sido a família da Maia, no século XVI, são os *lindos* (os lédimos, os legítimos!) *Pereiras*. A acessibilidade a um mito entre a preservação da memória e a apropriação de um relato que apela à honra e à glória proporcionada por um triunfo passado. Ou quando a literatura se faz memória apossando-se de um feito que vem de novo dignificar família.

Tentando responder às questões iniciais, é um facto que este *récit* factual, além de ter circulado durante os séculos XIII e XIV, voltou a ser reaproveitado no século XVI, não como simples cópia de um texto a outro, nem como forma de subversão, mas como uma *auctoritas scripturale* orientada para erguer o perfil do novo herói da nação. Um HEROS, um chefe, mas também um nobre marcado pela projecção entre a condição humana dos seus feitos e pela transcendência remota dos seus antepassados como Ramiro de León. Em uma palavra, uma posição intermédia entre deuses e homens, um divinizado português de excepção (o estratega da Batalha de Aljubarrota 1385 e o bem-aventurado monge). Não se mencionarão ainda nesta versão os seus feitos guerreiros, mas é focalizada a sua ascendência ilustre, como se o seu lado predestinado mais não fizesse do que preannunciar o seu mítico percurso. Mudara-se a dinastia (século XIV), mas o novo herói não ficava aquém dos seus progenitores (desde o tempo de Ramiro no século X).

---

da Rainha, na Azambuja. Quando D. Fernando de Portugal morreu em 1383, sem herdeiros a não ser a princesa Beatriz casada com o rei João I de Castela, D. Nuno foi um dos primeiros nobres a apoiar as pretensões de D. João, Mestre de Avis à coroa portuguesa. Apesar de ser filho ilegítimo de Pedro I de Portugal, João afigurava-se como escolha preferível à perda de independência para os castelhanos. Depois da primeira vitória de Álvares Pereira frente aos castelhanos na batalha dos Atoleiros em Abril de 1384, João de Avis nomeia-o Condestável de Portugal e Conde de Ourém. Mas o génio militar de Nuno Álvares Pereira revelar-se-á decisivo na Batalha de Aljubarrota (6 de Abril de 1385). Recorde-se neste ambiente de louvor a um herói com a *Coronica do Condestabre de purtugal Nuno alvarez Pereyra principiador da casa q[ue] agora he do duque de Bragãça sem mudar da antiguidade de suas palauras nem stillo. E deste Condestabre procedem agora o Emperador e em todolos reynos de xpãos de Europa ou os reys ou rainhas delles ou ambos*. Lixboa, Germã Galharde, 6 de Noue[m]bro 1526. Ed. crítica da *Coronica do Condestabre (Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*. (Calado 1991; Amado 1994). A *Casa de Bragança* tem, na realidade, a sua origem em 1401 com o casamento do infante D. Afonso, filho bastardo de D. João I com a filha única do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, iniciando-se com este matrimónio o importante ducado (Cunha 2000).

<sup>58</sup> D. João I de Portugal (1358-1443), rei de Portugal, inauguradora da nova dinastia. Filho ilegítimo do rei D. Pedro I, Mestre da Ordem de Avis, foi aclamado rei na sequência da crise de 1383-1385 que ameaçava a independência de Portugal. Com o apoio do Condestável do reino Nuno Álvares Pereira e aliados ingleses na Batalha de Aljubarrota contra Castela que pretendia invadir o país.

E Camões, pouco tempo depois, não poderia ser indiferente a este movimento heróico, que se edificava, sublimado pela ascendência legendária de Pereira:

–"Como?! **Não sois vós inda os descendentes**

**Daqueles** que, debaixo da bandeira  
Do grande Henriques, feros e valentes,  
Vencestes esta gente tão guerreira?  
Quando tantas bandeiras, tantas gentes  
Puseram em fugida, de maneira  
Que sete ilustres Condes lhe trouxeram  
Presos, afora a presa que tiveram?

Começa-se a travar a incerta guerra;  
De ambas partes se move a primeira ala;  
Uns leva a defesa da própria terra,  
Outros as esperanças de ganhá-la;  
**Logo o grande Pereira, em quem se encerra**  
**Todo o valor**, primeiro se assinala:  
Derriba e encontra, e a terra enfim, semeia  
Dos que a tanto desejam, sendo alheia

(*Os Lusíadas*, IV, 16, 30)<sup>59</sup>

<sup>59</sup> Repare-se na dimensão que assumira a sua personalidade. Não só a Crónica anónima, *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira* (data não posterior a 1440), mas também Fernão Lopes na *Crónica de D. Fernando* não deixava de o descrever como *o notavell e maravilhoso companheiro* e como *bom cavalgante, torneador, justador e lançador* (Ed. Macchi, 2004, cap. CXXI, CXXII, CXXIII, CXXXVII, CXXXVIII, CLI, CLXVI). O espaço, que ocupará em *Os Lusíadas*, onde o *forte Nuno* será mencionado mais de uma dezena de vezes, delimita-se logo no I canto na estância 12 (*Por estes vos darei um Nuno fero / que fez ao Rei e ao Reino um tal serviço*), para assumir maior importância no canto IV (estâncias 14-19 com o discurso de Nuno Álvares Pereira e com a Batalha de Aljubarrota (estâncias 28-44). A filha Beatriz Pereira de Alvim, será a mulher de D. Afonso filho natural de D. João I e de Inês Pires será o primeiro Duque de Bragança, dando origem à famosa Casa de Bragança que recuperará a independência de Portugal no século XVII, três séculos mais tarde com a restauração de 1640 e com o rei D. João IV, 8º Duque de Bragança. Após a beatificação, foi canonizado pelo Papa Bento XVI em 26 de Abril de 2009. Mas poderá ainda evocar-se o que vai perdurar no século XVII com o poema de Rodrigues Lobo assim intitulado: *O Condestabre de Portugal. D. Nunalvres Pereira.* / De Francisco Rodrigues Lobo. Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 16010 [i.é 1610]; *O Condestabre de Portugal. D. Nunalvres Pereira.* / De Francisco Rodrigues Lobo, Em Lisboa: por Jorge Rodrigues, 1627; *Condestabre de Portugal D. Nunoalvres Pereira* / de Francisco Rodrigues Lobo. Fielmente copiada pela primeira edição feita em Lisboa em 1610 e pela segunda também de Lisboa em 1627 com todas as outavas que lhe furtaram na terceira edição de Lisboa em 1723 por Bento Joze da Souza Farinha, 1785. Não deixa de ser muito interessante reparar na dedicatória deste poema ao «Dvque Dom Theodosio», VII Duque de Bragança (1568-1583-1630).



## REFERÊNCIAS

- ABELEDÓ, Manuel. La crónica de la población de Ávila: un estado actual de la cuestión desde su primera publicación. *Estudios de Historia de España*, Buenos Aires, Universidad Católica Argentina, XI, 2009, p. 13-47.
- ADORNO, Théodor W. *Prismes. Critique de la culture et société*. Traduit de l'Allemand par Geneviève Rochlitz et Rainer Rochlitz, Paris: Payot, 2003.
- AMADO, Teresa. Objectos e formas da ficção e da história. *História romanceada ou ficção documentada? Olhares sobre a cultura portuguesa*. Coordenação de M. das Graças Moreira de Sá e Vanda Anastácio, Lisboa: Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2009, p. 53-60.
- AMADO, Teresa. Recensão a *Coronica do Condestabre*, com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1991, *Românica*, n.º. 3, 1994, p. 213-215.
- AVENOZA, Gemma – RAÍNDO, Manuel. Un fragmento de crónica aragonesa. El ms. 245 de la Biblioteca de Catalunya, *Cultura Neolatina*, LIII, 1993, fasc. 1-2, p. 37-84.
- AZEVEDO, R. Pinto de. A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16, *Homenagem ao Prof. Paulo Merêa*. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XIV, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p. 73-93.
- BRANCA, G. [Ed.] Boccaccio. *Decameron*, a cura di Vittore Branca, Torino: Einaudi, 1992.
- CALADO, Adelino de Almeida. *Coronica do Condestabre*, com introdução, notas e glossário de ..., Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1991.
- CASTRO, Ivo. Matéria de Bretanha, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Dir. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa: Ed. Caminho, 1993, p. 445-450.
- CINTRA, L. F. Lindley [Ed.]. *Crónica Geral de Espanha de 1344* Edição crítica do texto português, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1951. Ed. Fac-similada, I vol., Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- CINTRA, L. F. Lindley. O *Liber Regum* e outras fontes do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, *Boletim de Filologia. Miscelânea de Filologia, Literatura e história Cultural à Memória de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919)*, XI, 1950, p. 289-315. Republ. em *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Organização de Isabel Hub Faria, Lisboa: Edições Cosmos - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 93-117.
- COOK, R. Francis. *Le Batard de Buillon. Chanson de geste*. Edition critique par R. Francis Cook, Col. Textes Littéraires Français, Genève-Paris: Librairie Droz-Librairie Minard, 1972.

COSTA, Americo. *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Com prefacio de José Joaquim Nunes, vol. VI, Vila do Conde: Edição de Americo Costa, 1938.

COUSSEMAKER, Edmond de [Ed.]. *Œuvres complètes du trouvère Adam de la Halle (poésie et musique)*, publiés par..., Paris: Durand et Pedone-Lauriel, 1872. Reimp. Slatkine, Genève 1982.

CUNHA, Mafalda S. da. *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa: Ed. Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda S. da. *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

ELIADE, Mircea. *Tratado de Historia das Religiões*, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FERREIRA, M. do Rosário, Outros Mundos, Outras Fronteiras: Ramiro, Tristão e a divisão da terra de Espanha, *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – As relações de Fronteira no Século de Alcañices*, Revista da Faculdade de Letras – História, II série, vol. XV, t. 2, Porto, 1998, p. 1567-1579. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4075.pdf>.

FOERSTER, Wendelin. Christian von Troyes. *Cligès. Textausgabe mit Einleitung und Glossar*. Éd. W. Foerster, Halle: Niemeyer, 1884.

FOULCHÉ-DELBOSC, Raymond - HAGGERTY KRAPPE, Alexander. La légende du Roi Ramire, *Revue Hispanique*, LXXVIII, 1930, p. 487-543.

GAUNT, Simon, HARVEY, Ruth, PATERSON, Linda [Ed.]. *Marcabru*. A Critical Edition, Cambridge: D. S. Brewer, 2000.

*Guia de Portugal, Entre Douro e Minho, II - Minho*, 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

GUTIERREZ DE LA VEGA, José [Ed.]. *Libro de la montería del rey D. Alfonso XI*. Madrid: M. Tello, Biblioteca venatoria de Gutierrez de la Vega, vol. 1-2, 1877.

HERNANDEZ SEGURA, Amparo. [Ed.]. *Crónica de la Población de Ávila*. Edición e índices, Valencia: Ed. Anubar, Textos Medievales, 1966. [hispania/article/view/65/65](http://hispania/article/view/65/65).

KRUS, Luis – VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. A Construção do Passado de uma Nobreza de Serviço – As Origens dos Pimentéis. Y. Centeno, (Coord.), *Utopia – Mitos e Formas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – ACARTE, 1993.

KRUS, Luis. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico: (1280-1380)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, 1994.

KRUS, Luís. Tempo dos Godos e tempo dos Mouros, as memórias da Reconquista, *O Estudo da História. Boletim de Sócios da Associação de Professores de História*, Lisboa, 2 (II série), 1986-1987, p. 59-74).

LANCIANI, Giulia – TAVANI, Giuseppe [Coord.]. *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Dir. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa: Ed. Caminho, 1993.

LAPA, Manuel Rodrigues [Ed.], *Cantigas d'Escarnho e de maldizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*. Ed. crítica de M. Rodrigues Lapa, Vigo, Ed. Galaxia, 1ª ed., 1965, 2ª ed., revista e acrescentada, [Vigo]: Editorial Galaxia 1970. Edição ilustrada, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.

*Livro de Génesis. La Bible. L'Ancien Testament*. Edition publiée sous la direction d'Edouard Dhorme. Préface par E. Dhorme, Introduction par E. Dhorme. Transcription de l'hébreu, Aperçu chronologique, I vol., Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1956.

LÓPEZ RAJADEL, Fernando. *Datación de la 'Historia de los Amantes de Teruel'. A través de los datos socioeconómicos del "papel escrito de letra antigua" copiado por Yagüe de Salas*, Teruel, Centro de Documentación Hartzenbusch adscrito a la Fundación Amantes de Teruel, 2008. Disponível em <http://www.elromanticismo.es/datos/documentos/pdfs/dataciondelahistoria.pdf>.

LÓPEZ RAJADEL, Fernando. Los Amantes de Teruel. Una adaptación literaria del siglo XV. *Aragonia Sacra*, XI, 1997, p. 63-89.

MACCHI, Giuliano [Ed.]. Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*. 2ª edição revista, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004 [1975].

MACHADO, Hugo M. «Que estranha forma de contar [apontamentos na Miragaia de Garrett, nos livros de linhagens e nos livros do meio]», *Estudios Portugueses 6 - Revista de Filología Portuguesa*. Universidad de Salamanca, 2006, p. 127-140.

MAGALHÃES Manuel. *A lenda do Rei Ramiro*, Centro Português de Fotografia, Ministério da Cultura, 1999 [Exposição Fotográfica].

MATOS, Armando de. *A lenda do Rei Ramiro e as armas de Viseu e Gaia*, Porto: Tip da Empresa Aquila, 1933.

MATTOSO, José [Ed.]. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum vsque ad quintumdecimum / ivssv Academiae Scientiarum Olisiponensis edita*. Vol. II/1 e II/2: *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. crítica por J. Mattoso, Nova série, Lisboa: Academia das Ciências. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980.

MATTOSO, José. A família da Maia no século XIII. Comunicação apresentada ao colóquio sobre o *Milenário de Santo Tirso* (1979). Publ. com o mesmo título em *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa: Imprensa Universitária, Ed. Estampa, 1980, p. 329-340.

MATTOSO, José. A transmissão textual dos livros de linhagens, *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Organização de Isabel Hub Faria, Lisboa, Edições Cosmos - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 565-584.

MATTOSO, José. As fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro. *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, 1981, p. 55-98. Publ. em *A historiografia portuguesa antes de Herculano*, Lisboa: Academia da História, 1977).

MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*, Rio Moura: Círculo de Leitores, 2006.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Direcção de J. Mattoso, I vol. *Antes de Portugal*, Lisboa: Ed. Estampa, 1993, p. 547.

MATTOSO, José. *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, vol. I- Oposição, Lisboa, Ed. Estampa, 1985.

MATTOSO, José. O mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa. *Santo Tirso. Boletim Cultural Concelhio*, 1, 1977, p. 91-119. Republ. em *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, p. 481-509.

MATTOSO, José. *Obras completas. Ricos-homens, infanções e cavaleiros; Narrativas dos livros de linhagens*, 5º vol., Rio Moura: Círculo de Leitores, 2001. 1ª ed. *Narrativas dos livros de linhagens*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

MENÉNDEZ PIDAL, D. Catalán. *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Sobre el nacimiento de la Historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid: Ed. Gredos, 1962.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Catálogo de la Real Biblioteca*, t. V. *Crónicas Generales de España*, Madrid: Blass y Cía, 1918.

MIRANDA, J. Carlos. A lenda de Gaia dos livros de linhagens: uma questão de literatura?. *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*, II série, vol. V, t. 2, 1988, p. 483-515.

OLIVEIRA, António Resende. Cortes senhoriais, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Dir. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, Lisboa: Ed. Caminho, 1993, p. 170-173.

OLIVIERI, Filippo L. Os Celtas e o Culto das Águas: Crenças e Rituais. *Brathair* 6 (2), 2006, p. 79-88. Disponível em [http://www.brathair.com/revista/numeros/06.02.2006/culto\\_agua.pdf](http://www.brathair.com/revista/numeros/06.02.2006/culto_agua.pdf).

ORCÁSTEGUI GROS, Carmen (Ed.). *Crónica de San Juan de la Peña: versión aragonesa*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 1986.

PAREDES, Juan. *Las narraciones de los Livros de Linhagens*, Granada: Servicio de Publicaciones, 1995.

PARIS, Gaston. Cligès. *Journal des Savants*, 1902, p. 57-69; 289-309; 438-458; 641-655

PARIS, Gaston. La femme de Salomon. *Romania*, 1880, t. IX, p. 436-443.

PARIS, Gaston. *Mélanges de Littérature française du Moyen Âge*, publ. par Mario Roques, Paris: Honoré Champion, 1912, p. 308-327.

PARIS, Gaston. Recensão à edição de A. Scheler [Ed.]. *Li Bastars de Buillon. Faisant suite au roman de Baudouin de Sebourg, poème du XIV<sup>e</sup> siècle publié pour la première fois d'après le manuscrit unique de la Bibliothèque nationale de Paris* par Aug. Scheler. Bruxelles: Closson, 1877, *Romania*, VII, p. 460-462.

PENSADO, J. Luís [Ed.]. *Miragres de Santiago*. Edición y estudio crítico por..., Madrid: *Revista de filología española*, Anejo 68, 1958.

PIEL, Joseph M. – MATTOSO, José [Ed.]. *Livros Velhos de Linhagens - Livro Velho e Livro do Deão, Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christvm vsque ad qvintvmdecimvm/ ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita*. Vol. I: *Livros velhos de linhagens*. Ed. crítica por J. M. Piel e J. Mattoso. Nova série, Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

RAMOS, M. Ana. *Hestorja dell Rej dom Ramjro de lleom...* Nova versão de *A Lenda de Gaia*. *Crítica del Texto*, VII /2, 2004, p.791-843 [Edição diplomática: p. 830-835; Fac-símile: p. 836-843]).

RAMOS, M. Ana. Problématique de l'appropriation d'une nouvelle médiévale au XVI<sup>e</sup> siècle. *La Lenda de Gaia*. *Colloque Typologie des formes narratives brèves au Moyen Âge*, PPF [CD-ROM, Plan Pluri-Formations langues], *Restructurations Langues et Civilisations* [<http://www.ppf-langues.org/archives/2008.html>], Paris: Université Paris Ouest Nanterre la Defense, 2008 (no prelo).

RAYNAUD, Gaston. Élie de Saint Gille. *Chanson de geste*. Publ. avec introduction, glossaire et index par ..., Paris: Lib. de Firmin Didot, 1879.79

REI, António. Os Riba de Vizela, senhores de Terena (1259-1312). *Callipole* nº 9, Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2001, p.13-22.

REIS, Carlos. *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

RIQUER, Martín. Crónica aragonesa del tiempo de Juan II. *Analecta Sacra Tarraconensia*, XVII, 1944, p. 1-29.

RIQUER, Martín. Una versión aragonesa de la leyenda de la enterrada viva. *Revista de Bibliografía Nacional*, VI, 1945, p. 241-248.

RODRÍGUEZ, Justiniano. *Ramiro II Rey de León Ramiro II, Rey de León*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo Zurita. Escuela de Estudios Medievales, 1972.

ROSSI, Luciano. *A literatura novelística na Idade Média portuguesa*. Trad. do italiano por Carlos Moura, 1<sup>a</sup>. ed., Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, 38, 1979. Disponível também em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bvc/bibbreve/index.html>

SÁEZ SÁNCHEZ, Emílio. Ramiro II, rey de 'Portugal' de 926 a 930, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. 3, 1945, p. 271-290.

SARAIVA, A. José. O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro *Boletim de Filologia*, XXII, 1964-1971, p. 1-16.

SARAMAGO, José. História e Ficção, Lisboa: *Jornal de Letras*, 6 de Março de 1990.

UBIETO ARTETA, António [Ed.]. *Crónica de los estados peninsulares (texto del siglo XIV)* Estudio preliminar, edición e índices por..., [Granada]: Universidad de Granada, 1955.

VALLE, Carlos. *Castelo de Gaia e a lenda do Rei Ramiro*, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal, 1971.

VALVERDE, José A. (2009), *Anotaciones al Libro de Montería del Rey Alfonso XI*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). *Hispania. Revista española de historia*, vol. 67, n° 227, 2007, p. 881-898. Disponível em: <http://hispania.revistas.csic.es/index.php/>

VETTORI, Giuseppe [Ed.]. Gentile Sermini. *Novelle*, a cura di Giuseppe Vettori, 2 vol., Roma: Avanzini e Torraca, 1968.